

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais



3º QUADRIMESTRE DE 2012
SALVADOR, 28 DE FEVEREIRO DE 2013



**GOVERNADOR
JAQUES WAGNER**

**SECRETÁRIO DA FAZENDA
LUIZ ALBERTO BASTOS PETITINGA**

**SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA
JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO**

**CHEFE DE GABINETE
ELIECIM RODRIGUES FIDELIS**

**SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
OLINTHO JOSÉ DE OLIVEIRA**

**COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E
CONTROLE FINANCEIRO
ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA**

**DIRETOR DO TESOURO
JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS**

**DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA
FLORISVALDO ANUNCIÇÃO DE LIMA**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. RECEITAS	4
2.1 Receitas Correntes	5
2.1.1 Receitas Tributárias	5
2.1.2 Transferências Correntes	6
2.2 Receitas de Capital	8
3. DESPESAS	9
3.1 Despesas Correntes	9
3.2 Despesas de Capital	10
4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	10
5. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES	11
6. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	11
7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇO DE SAÚDE	12
8. RESTOS A PAGAR	13
9. RESULTADO PRIMÁRIO	13
10. RESULTADO NOMINAL	14
11. DÍVIDA PÚBLICA	15
12. CONCLUSÃO	16
13. GLOSSÁRIO	17

INTRODUÇÃO

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia no exercício de 2012, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados de forma resumida e pela relevância, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 30 de Janeiro de 2013, em cumprimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº. 101/2000).

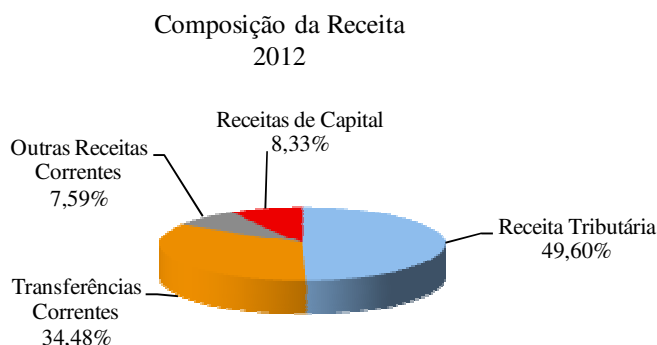
1. RECEITA

Balço Orçamentário da Receita				Em mil Reais	
Discriminação	Previsão Atualizada 2012	Realizado - Janeiro a Dezembro			Variação Nominal (%) 2012/2011
		2012	Orçamento (%) Realizado	2011	
Receitas Correntes	29.467.282	29.320.658	99,50	26.161.886	12,07
Receita Tributária	16.047.516	15.864.324	98,86	14.183.219	11,85
Receita de Contribuições	1.623.916	1.809.252	111,41	1.599.077	13,14
Receita Patrimonial	866.250	909.101	104,95	416.364	118,34
Receita Agropecuária	1.922	221	11,52	286	-22,59
Receita Industrial	224	91	40,67	71	28,24
Receita de Serviços	199.061	114.856	57,70	87.100	31,87
Transferências Correntes	10.818.810	11.028.726	101,94	10.139.369	8,77
Outras Receitas Correntes	1.159.875	830.701	71,62	1.014.923	-18,15
Conta Retificadora	-3.197.636	-3.277.814	102,51	-3.054.185	7,32
Receitas Intra-Orçament. Correntes	1.947.344	2.041.201	104,82	1.775.662	14,95
Receitas de Capital	2.083.488	2.665.514	127,94	912.649	192,06
Operações de Crédito	1.290.022	1.854.664	143,77	448.565	313,47
Alienação de Bens	123.520	14.435	11,69	8.339	73,10
Amortização de Empréstimos	104.341	99.205	95,08	93.369	6,25
Transferências de Capital	565.605	696.848	123,20	362.375	92,30
Outras Receitas de Capital	-	363	-	-	100,00
Subtotal das Receitas (I)	31.550.770	31.986.173	101,38	27.074.535	18,14
Superávit Financ. Exerc. Anteriores(II)	1.144.750	-	-	-	-
Total (III=I+II)	32.695.520	31.986.173	-	27.074.535	-

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As Receitas estaduais realizadas no ano de 2012, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 31,99 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 18,14% em relação ao realizado em 2011.

Das receitas realizadas em 2012, destacaram-se as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes, com uma participação de 49,60% e 34,48%, respectivamente. Da previsão atualizada das Receitas estaduais para 2012, verificou-se uma realização de 101,38%.



2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras.

Foi realizado nesta categoria um montante de R\$ 29,32 bilhões, representando uma realização de 99,50% das receitas correntes anuais previstas com uma variação nominal positiva de 12,07%, em relação a 2011, destacando-se com relevância, as Receitas Tributárias e as Transferências Correntes.

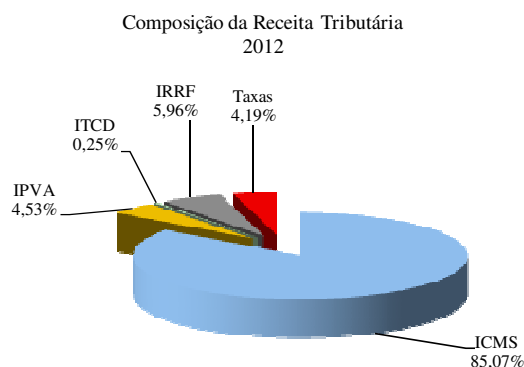
2.1.1 - Receitas Tributárias

Receita Tributária		Em mil Reais			
Receitas	Previsão Atualizada 2012	Realizado - Janeiro a Dezembro			Variação Nominal (%) 2012/2011
		2012	Orçamento % Realizado	2011	
Receita Tributária	16.047.516	15.864.324	98,86	14.183.219	11,85
ICMS	13.809.506	13.495.293	97,72	12.161.097	10,97
IPVA	725.255	719.195	99,16	627.599	14,59
ITCD	34.894	39.401	112,92	31.357	25,65
IRRF	887.363	945.418	106,54	792.049	19,36
Taxas	590.498	665.017	112,62	571.116	16,44

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

A receita oriunda de tributos arrecadada em 2012 teve um crescimento nominal de 11,85%, em relação ao realizado no ano anterior, totalizando R\$ 15,86 bilhões. Do valor previsto para o ano 2012, verificou-se uma realização de 98,86%.

O principal tributo estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS teve uma participação de 85,07% no total de Receitas Tributárias realizadas em 2012, enquanto que as demais receitas tributárias, a saber, IPVA, IRRF, Taxas e ITCD somaram 14,93%.



>ICMS - A arrecadação do ICMS atingiu o total de R\$ 13,50 bilhões em 2012, contra R\$ 12,16 bilhões realizados em 2011, significando assim, um incremento nominal de 10,97%. Foram realizados 97,72% da previsão anual.

>O IPVA totalizou em 2012, o montante de R\$ 719,20 milhões, superior em 14,59 % se comparado ao realizado em 2011. Foram realizados 99,16% do previsto atualizado.

>As Taxas arrecadadas em 2012 somaram o valor de R\$ 665, 02 milhões, com um acréscimo de 16,44% em relação ao mesmo período de 2011. Foram realizados 112,62% do previsto anual.

> Com relação ao ITCD, a realização somou R\$ 39,40 milhões, apresentando um aumento de 25,65% em relação a 2011, com uma realização de 112,92% do valor previsto atualizado.

>O IRRF totalizou R\$ 945,42 milhões, perfazendo um incremento nominal de 19,36%. Foram realizados 106,54% do valor previsto para 2011.

2.1.2 - Transferências Correntes

As Transferências Correntes representaram 37,61% das Receitas Correntes realizadas, sendo compostas pelas Transferências constitucionais e legais da União, dentre outras.

Em 2012, as Transferências Correntes totalizaram R\$ 11,03 bilhões, significando um incremento nominal de 8,77%. Com relação ao previsto atualizado, houve uma realização de 101,94%. Das Transferências Correntes, merece destaque pela sua relevância, a realização das Transferências da União – FPE e SUS, as quais participaram no total com um percentual de 52,78% e 13,62%, respectivamente, e as Transferências do FUNDEB, com um percentual de 22,98% no total de transferências realizadas.

Transferências Correntes					Em mil Reais
Receitas	Previsão Atualizada 2012	Realizado - Janeiro a Dezembro			Variação Nominal (%) 2012/2011
		2012	Orçamento (%) Realizado	2011	
Transferências Correntes	10.818.810	11.028.726	101,94	10.139.369	8,77
FPE	5.861.148	5.821.473	99,32	5.645.964	3,11
IPI Exportação	234.369	221.022	94,31	267.341	-17,33
CIDE	115.421	71.991	62,37	135.773	-46,98
Compensação Financeira - Royalties	223.181	314.728	141,02	268.601	17,17
SUS	1.465.908	1.502.577	102,50	1.109.385	35,44
FNDE	175.343	124.018	70,73	144.351	-14,09
Lei Kandir	54.356	54.356	100,00	54.356	0,00
Salário Educação	60.700	97.222	160,17	85.100	14,24
Auxílio Exportação	82.000	55.273	67,41	73.448	-24,75
Transferências do FUNDEB	2.376.499	2.534.542	106,65	2.201.822	15,11
Transferências de Convênios	128.125	182.135	142,15	141.848	28,40
Outras Transferências Correntes	41.760	49.389	118,27	11.377	334,11

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

> FPE – Em 2012, o repasse dos recursos do FPE atingiu R\$ 5,82 bilhões, com um incremento de 3,11%, valores nominais, na comparação com 2011. Foram realizados 99,32% do valor previsto atualizado para 2012.

> FUNDEB - As Transferências do FUNDEB atingiram o montante da ordem de R\$ 2,53 bilhões contra R\$ 2,20 bilhões realizados em 2011, ou seja, um crescimento nominal de 15,11%. Houve uma realização de 106,65% do valor previsto atualizado.

> SUS - As Transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde - SUS somaram em 2012, R\$ 1,50 bilhão, superior em 35,44% ao realizado em 2011. Houve uma realização de 102,50% em relação ao valor previsto atualizado.

> IPI EXPORTAÇÃO - Os recursos oriundos do IPI Exportação realizados em 2012 somaram R\$ 221,02 milhões, contra R\$ 267,34 milhões em 2011, significando uma redução de 17,33%, e nos recursos provenientes da CIDE verificaram-se uma redução de 46,98% em 2012, reflexo das medidas de estímulos ao crescimento da economia, adotada pelo Governo Federal.

>As rubricas Royalties e Salário Educação apresentaram um crescimento nominal de 17,17% e 14,24%, respectivamente, se comparado a 2011.

>CONVÊNIOS - As Transferências de Convênios apresentaram uma variação nominal positiva de 28,40%, tendo sido realizado 142,15% dos recursos previsto no orçamento atualizado para 2012, totalizando de R\$ 182,14 milhões.

> Com relação ao FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação observa-se uma redução de 14,09% em relação a 2011, sendo realizados 70,73% do previsto no orçamento para 2012, perfazendo um total de R\$ 124,02 milhões em 2012.

> Em relação às Outras Transferências Correntes destacam-se as Transferências de Recursos da União para Ações de Defesa Civil no valor de R\$ 30,00 milhões.

2.2 - Receitas de Capital

Em 2012, as Receitas de Capital atingiram o montante de R\$ 2,67 bilhões, apresentando um aumento nominal de 192,06%. Com relação ao previsto anual atualizado foi realizado 127,94% nessa rubrica.

Em mil Reais					
Receitas	Previsão Atualizada 2012	Realizado - Janeiro a Dezembro			
		2012	Orçamento (%) Realizado	2011	Varição Nominal (%) 2012/2011
Receitas de Capital	2.083.488	2.665.514	127,94	912.649	192,06
Operações de Crédito	1.290.022	1.854.664	143,77	448.565	313,47
Alienação de Bens	123.520	14.435	11,69	8.339	73,10
Amortização de Empréstimos	104.341	99.205	95,08	93.369	6,25
Transferências de Capital	565.605	696.848	123,20	362.375	92,30
Outras Receitas de Capital	-	363	-	-	-

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

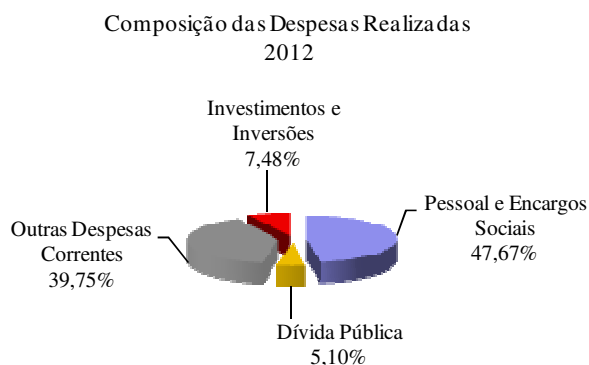
>As Operações de Crédito totalizaram R\$ 1,85 bilhões, representando um aumento em termos nominais de 313,47% em relação a 2011, reflexo das operações de crédito externas, relacionados aos agentes financiadores BID (PROCONFIS II) e BIRD (PROINCLUSÃO). Destacam-se também as operações de crédito internas voltadas para a Copa 2014.

>A receita de Amortização de Empréstimos totalizou R\$ 99,21 milhões. Este item apresentou um acréscimo nominal de 6,25% em relação a 2011, enquanto que as Transferências de Capital, formada em 88,53% pelas Transferências de Convênios (R\$ 616,90 milhões), totalizaram R\$ 696,85 milhões, ou seja, um crescimento nominal de 92,30%, sendo realizados 123,20% do montante previsto atualizado.

3. DESPESAS

As despesas realizadas em 2012 totalizaram R\$ 30,38 bilhões, correspondentes a 92,92% do valor orçado. Em valores nominais, observa-se um crescimento de 11,94 % comparado a 2011.

Quanto à composição, o grupo Pessoal e Encargos Sociais, detêm 47,67% de participação no total realizado no período, seguidos das Outras Despesas Correntes com 39,75%, Dívida Pública com 5,10% e Investimentos e Inversões Financeiras com 7,48%.



Balanco Orçamentário da Despesa				Em mil Reais	
Discriminação	Previsão Atualizada 2012	Executada - Janeiro a Dezembro			
		2012	Orçamento % Realizado	2011	Varição Nominal (%) 2012/2011
Despesas Correntes	28.172.791	27.075.281	96,10	24.070.824	12,48
Pessoal e Encargos Sociais	14.772.095	14.481.698	98,03	12.828.657	12,89
Juros e Encargos da Dívida	519.179	515.961	99,38	503.486	2,48
Outras Despesas Correntes	12.881.517	12.077.621	93,76	10.738.681	12,47
Despesas de Capital	4.522.729	3.304.896	73,07	3.068.706	7,70
Investimentos	2.924.207	1.836.280	62,80	1.752.502	4,78
Inversões Financeiras	564.672	436.521	77,31	404.295	7,97
Amortização da Dívida	1.033.851	1.032.095	99,83	911.908	13,18
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-
Total	32.695.520	30.380.177	92,92	27.139.530	11,94

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental.

No exercício de 2012, as despesas correntes totalizaram R\$ 27,08 bilhões, representando uma realização de 96,10% do valor fixado para o ano e um acréscimo de 12,48% na comparação com 2011.

> As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 14,48 bilhões, correspondendo a 98,03% da previsão anual e um crescimento de 12,89%, em relação a 2011. Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 515,96 milhões, correspondendo a 99,38% da previsão anual.

> As Outras Despesas Correntes que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e as Transferências Constitucionais aos Municípios, totalizaram R\$ 12,08 bilhões, correspondentes a 93,76% do fixado para o ano e um acréscimo de 12,47% em relação ao exercício de 2011.

3.2 - Despesas de Capital

Despesas de capital constituem despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial.

No exercício de 2012, as Despesas de Capital totalizaram R\$ 3,30 bilhões. Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 1,84 bilhão, seguido da Amortização da Dívida com valor de R\$ 1,03 bilhão, e Inversões Financeiras com R\$ 436,52 milhões.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Em 2012, as receitas correntes foram superiores às despesas correntes, absorvendo o déficit das despesas de capital, e, por conseguinte, alcançando um superavit orçamentário da ordem de R\$ 1,61 bilhão.

Quadro Comparativo das Receitas e Despesas					Em mil Reais
Especificação	Receitas Realizadas		Despesas Realizadas		Resultado Superavit/Déficit
	Janeiro a Dezembro 2012	Orçamento (%) Realização	Janeiro a Dezembro 2012	Orçamento (%) Realização	
Correntes	29.320.658	99,50	27.075.281	96,10	2.245.378
Capital	2.665.514	127,94	3.304.896	73,07	-639.382
TOTAL	31.986.173	101,38	30.380.177	92,92	1.605.996

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Observa-se ainda, que as receitas foram realizadas em montante equivalente a 101,38% do total previsto atualizado, e as despesas foram empenhadas no percentual de 92,92%.

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, dentro dos limites legais, permitido pela LRF, em cada Poder e também no Ministério Público.

Em 2012, o Poder Executivo incluindo Defensoria Pública apresentou um limite de pessoal de 44,58%. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual atingido foi de 44,20% da Receita Corrente Líquida. Com referência ao limite de pessoal consolidado, o Estado da Bahia atingiu 54,07% da Receita Corrente Líquida.

Despesa de Pessoal x Receita Corrente Líquida 3º Quadrimestre 2012			
Descrição	Percentual Realizado	Limite prudencial	Limite máximo
Executivo ¹	44,58	46,17	48,60
Legislativo	2,59	3,23	3,40
Assembléia	1,34	1,78	1,87
TCE	0,68	0,86	0,90
TCM	0,57	0,60	0,63
Judiciário	5,41	5,70	6,00
Ministério Público	1,49	1,90	2,00
Total	54,08	57,00	60,00

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF RCL últimos 12 meses = R\$ 21.624.181 mil

NOTA ¹: O percentual realizado inclui o Poder Executivo mais Defensoria Pública.

Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual foi de 44,20% da Receita Corrente Líquida.

Observa-se que todos os percentuais atingidos pelo Poderes situaram-se abaixo dos limites prudenciais e máximos, estabelecidos pela LRF, conforme demonstrado.

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino. Conforme estabelecido na Constituição Federal, o Estado deve aplicar anualmente, nas despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o percentual de 25% da Receita Líquida de Impostos e Transferências Constitucionais – RLI. Devendo, portanto, ser comprovado o cumprimento deste limite no final do exercício.

Em 2012, as despesas com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, totalizaram R\$ 4,49 bilhões, representando 25,51 % da Receita Líquida de Impostos, cumprindo, portanto, o mínimo de 25%, conforme estabelecido na Constituição Federal.

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		Em mil reais
Descrição	Valor Realizado 2012	Limite Constitucional Anual ¹
Receita Líquida de Impostos realizada	17.592.511	
Total aplicado das Despesas Próprias com Educação	4.488.166	
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	25,51%	25%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Com relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB observa-se que é um Fundo de natureza contábil, sendo implantado em janeiro de 2007, em substituição ao FUNDEF, que tinha uma menor amplitude e não atendia, por exemplo, a creche e alunos de ensino médio.

Demonstrativo - FUNDEF / FUNDEB			Em mil Reais
Ano	Aporte	Retorno	Resultado Apurado
2008	-2.173.385	1.307.855	-865.530
2009	-2.317.838	1.678.147	-639.691
2010	-2.669.753	1.922.450	-747.303
2011	-3.046.723	2.201.822	-844.901
2012	-3.273.514	2.534.542	-738.972

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Em 2012, foi destinado ao FUNDEB o valor de R\$ 3,27 bilhões, tendo recebido de retorno o valor de R\$ 2,53 bilhões. Foi atendido o limite mínimo anual de 60% do FUNDEB, na remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio com um percentual realizado de 70,01%.

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Em 2012, as despesas com saúde atingiram o montante da ordem de R\$ 2,22 bilhões, correspondendo a um percentual de 12,60%, ultrapassando o limite de 12% estabelecido pela Emenda Constitucional nº 29/2000, e, por conseguinte, alcançando o cumprimento deste limite.

Despesas Próprias com Saúde		Em mil reais	
Descrição	Valor Realizado 2012	Limite Constitucional Anual ¹	
Receita Líquida de Impostos realizada	17.592.510		
Total aplicado das Despesas Próprias com Saúde	2.216.047		
% Aplicado nas Despesa Próprias com Saúde	12,60%	12%	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Nota ¹ : Limite Anual de 12% - EC 29/2000.

8. RESTOS A PAGAR

Ao final do exercício de 2011, foram inscritos R\$ 944,21 milhões em Restos a Pagar, sendo Processados no valor de R\$ 678,80 milhões e Não Processados no valor de R\$ 265,41 milhões. Desse total, foram cancelados R\$ 90,87 milhões, pagos R\$ 795,01 milhões, restando um saldo a pagar de R\$ 53,33 milhões, dos quais R\$ 55,26 milhões correspondem ao saldo do Poder Executivo, enquanto que R\$ 3,07 milhões são do Poder Legislativo.

Demonstrativo dos Restos a Pagar					Em mil reais	
Descrição	Inscritos (a)	Cancelados (b)	Pagos (c)	Variação (%) (c/(a-b))	A Pagar	
Poder Executivo ¹	916.206	86.283	774.666	93,34	55.257	
Poder Judiciário	15.241	2.812	12.429	100,00	0	
Poder Legislativo	10.671	1.372	6.226	66,95	3.073	
Ministério Público	606	213	393	100,00	0	
Defensoria Pública	1.487	193	1.294	99,98	0	
Total	944.211	90.873	795.007	93,16	58.331	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

¹ Inclui Serviço da Dívida a Pagar: R\$ 24.147 mil .

9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.

Demonstrativo do Resultado Primário		Em mil reais	
Descrição	Realizado		
	Janeiro a Dezembro		
	2012	2011	
Receitas Primárias Correntes (I)	29.003.253	25.845.592	
Receitas Primárias de Capital (II)	697.211	362.375	
Receita Primária Total (III) = (I+II)	29.700.464	26.207.967	
Despesas Primárias Correntes (IV)	26.559.320	23.567.338	
Despesas Primárias de Capital (V)	1.862.199	1.867.686	
Despesa Primária Total (VI) = (IV+V)	28.421.519	25.435.024	
Resultado Primário (III - VI)	1.278.945	772.944	

Fonte : SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Nota: Meta do Resultado Primário - LDO para o ano de 2012 = R\$ 651.558 mil

Em 2012, o Resultado Primário foi de R\$ 1,28 bilhão, evidenciando que o desempenho das receitas fiscais cobriu integralmente as despesas fiscais, superior à meta anual estabelecida na LDO, no valor de R\$ 651,56 milhões.

10. RESULTADO NOMINAL

Demonstrativo do Resultado Nominal			Em mil reais
Especificação	Saldo		Resultado Nominal 3º Quadr. 2012 (a-b)
	31/12/2012	31/12/2011	
	(a)	(b)	
Dívida Consolidada (I)	13.474.098	10.414.665	
Deduções (II)	2.856.748	1.496.777	
Dívida Consolidada Líquida (III) =(I - II)	10.617.350	8.917.888	
Receita de Privatizações (IV)	-	-	
Passivos Reconhecidos (V)	-	-	
Dívida Fiscal Líquida (III+IV-V)	10.617.350	8.917.888	1.699.462

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Nota : Meta do Resultado Nominal - LDO, para o ano de 2012 = R\$ 123.985 mil

O valor realizado de R\$ 1,70 bilhão demonstra um crescimento da dívida neste montante, em função do aumento da Dívida Consolidada em 29,38%, resultante das operações com o BID (PROCONFIS II) e com o BIRD (PROINCLUSÃO), liberados na última semana de dezembro/2012 e necessários ao financiamento de investimentos previstos no PPA, além da atualização dos valores de precatórios.

11. DÍVIDA PÚBLICA

Discriminação	Dívida Consolidada		Em mil reais
	Saldo do Exercício		Variação %
	2012	2011	
Interna	7.676.282	7.980.052	-3,81
Externa	3.672.293	2.105.285	74,43
Outras ¹	2.125.523	329.328	545,41
Total	13.474.098	10.414.665	29,38

Fonte: SICOF / SEFAZ / SAF / DEPAT / COPAF

Nota¹: Refere-se a precatórios vencidos a partir de 04/05/2000 em conformidade com LC 101/00.

Ao final do ano de 2012, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 13,47 bilhões, sendo R\$ 7,68 bilhões originários da dívida interna, R\$ 3,67 bilhões da dívida externa e as outras dívidas no total de R\$ 2,13 bilhões.

Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do exercício de 2011, verifica-se que houve um aumento de 29,38%, fruto das variações percentuais positivas dos valores englobados na dívida Externa que atingiu 74,43%, assim como as contabilizada na rubrica Outras dívidas, cujo percentual foi de 545,41% em razão da reclassificação e atualização dos valores dos precatórios da Administração Direta e Indireta.

Descrição	Dívida Consolidada Líquida / RCL		Em mil reais
	DCL	RCL	DCL/RCL
Exercício de 2005	12.048.374	10.329.111	1,17
Exercício de 2006	11.616.488	11.360.178	1,02
Exercício de 2007	10.370.837	12.584.607	0,82
Exercício de 2008	10.240.885	14.237.786	0,72
Exercício de 2009	9.234.947	14.671.427	0,63
Exercício de 2010	9.057.007	17.372.551	0,52
Exercício de 2011	8.917.888	19.226.970	0,46
Exercício de 2012	10.617.350	21.624.181	0,49

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DEPAT/COPAF

Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,49 em 2012. Essa relação é bem inferior ao limite fixado, de 2 vezes a Receita Corrente Líquida, estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. CONCLUSÃO

Em 2012, o Estado registrou um Superavit Primário no valor de R\$ 1,28 bilhão. A Receita Total realizada no valor de R\$ 31,99 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 30,38 bilhões resultaram em Superávit Orçamentário de R\$ 1,61 bilhão.

Metas		Em mil reais
Descrição	Valor realizado	Meta Anual LDO
Resultado Primário	1.278.945	651.558
Resultado Nominal	1.699.462	123.985

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

O Resultado Nominal demonstrou um aumento do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 1,70 bilhão. Os limites referentes à dívida pública, às garantias de valores, e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite permitido pela LRF.

Limites Legais em relação a RCL

Descrição	Limite Realizado (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Despesa de Pessoal	54,08	57,00	60,00
Garantias de Valores	0,42	-	22,00
Op. de Crédito Internas e Externas	8,58	-	16,00
Op. de Crédito por Antecip.de Receita	-	-	7,00
Descrição	Limite Realizado	Limite Prudencial	Limite Máximo
Dívida ¹	0,49	1,80	2,00

¹ Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Os limites constitucionais de educação e saúde apresentam percentuais que demonstram o cumprimento das metas em 2012.

Descrição	Limite realizado	Limite Mínimo Anual
Educação	25,51%	25%
Saúde	12,60%	12%

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Salvador, 28 de fevereiro de 2013.

Os números apurados apontam para a manutenção do equilíbrio fiscal.

Observação: A Audiência Pública referente ao 3º quadrimestre de 2012 realizou-se no dia 02 de abril de 2013, decorrente de acordo no Legislativo.

GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 20% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e à continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis, ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do Serviço da Dívida a Pagar.

Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

Receitas Não Fiscais

São as receitas não decorrentes das ações precípuas do Governo, a exemplo das operações de crédito e aplicações financeiras.

Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente. Conforme sua natureza, os restos a pagar podem ser classificados em Processados e Não Processados.

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida. Esse resultado indica em quanto a dívida aumentou ou reduziu no exercício ou num período determinado de tempo.

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superavit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

SICOF

Sistema de Informações Contábeis e Financeira gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF